

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NÚMERO VINTE E SEIS DO COMITÊ DO ITAJAÍ, realizada em 1º de novembro de 2011.

No dia primeiro de novembro de dois mil e onze, às quatorze horas, em terceira e última convocação, reuniram-se no Teatro Carlos Gomes, sito à Rua 15 Novembro, 1181, Centro, no município de Blumenau SC, membros do Comitê do Itajaí e demais convidados. A Vice-presidente no exercício da presidência Maria Izabel Pinheiro Sandri iniciou com boas vindas, agradeceu a presença de todos e ressaltou que estamos sem Secretária Executiva, pois, Beate Frank oficializou sua saída na assembléia de 25.09.2011 em função de ter assumido outro compromisso de trabalho. Em seguida colocou em votação os seguintes itens para a inclusão da pauta: Proposta orçamentária para 2012, Plano de trabalho para 2012 e Ratificação da Resolução 44 sobre o Projeto JICA. Inclusão aprovada por unanimidade. **1) Aprovação da ata da 26ª AGO de (14.04.2011)** Rio do Sul. Maria Izabel salientou que a ata está disponível no site, como de costume, perguntou se existem dúvidas ou sugestões. Em não havendo manifestações, a ata foi aprovada com 20 votos. Maria Izabel lembrou que é necessário antecipar o item 10 da pauta, eleição de outro representante para assumir os trabalhos da mesa. E assim foi feito. **2) Eleição de substitutos para os cargos vacantes da Diretoria.** Maria Izabel sugeriu e colocou para aprovação o nome da Fabiana de Carvalho Rosa, representante da AMMVI, abrindo espaço para sugestões, o que não ocorreu. Foi colocado em votação. Eleita Fabiana de Carvalho Rosa com 23 votos. Com a palavra Fabiana de Carvalho Rosa agradeceu e pediu paciência e tolerância, considerando que não é uma função fácil de exercer principalmente por ter uma antecessora tão competente. O trabalho será árduo, mas espera suprir as expectativas e fazer um bom trabalho. Fabiana assumiu os trabalhos, explicou a vacância do cargo de Presidente, hoje, assumido pela vice-presidente, e abriu para a assembleia. Com a palavra Renato Valim propôs eleger um vice-presidente e manter a Maria Izabel como presidente, considerando a fase de transição e a vasta experiência por ela adquirida. Maria Izabel lembrou que havia dito que não havia pré-disposição, isso é verdade. Mas como uma das funções do vice é assumir, se necessário, ela aceita o desafio. Maria Izabel Pinheiro Sandri foi eleita presidente por unanimidade. A secretária executiva Fabiana de Carvalho Rosa deu continuidade com o agora cargo vacante de vice-presidente. Com a palavra Kaestner, representante do SIMMMERS, sugere o nome do Harry Dorow, representante da Cravil. Noemia Bohn sugeriu Ivanor Boing. Fabiana perguntou se os indicados aceitavam e prosseguiu com a votação. Harry Dorow obteve 11votos. Ivanor Boing 15 votos. Eleito Ivanor Boing vice-presidente do Comitê do Itajaí. Foram eleitos para a Comissão Consultiva, pelo Alto Vale, do segmento da população, Narciso Jose Broering, dos órgãos públicos, Sonia Maria Abatti, do Médio Vale, pela população, Gilmara Eichstaedt da ACAPRENA, pela Foz, do segmento dos usuários, Maurina Voltolini, do SEMASA, e órgãos públicos, Sergio Flohr da EPAGRI. **3. Proposta orçamentária para 2012.** Com a palavra, Fabiana apresentou a planilha orçamentária e ressaltou que o superávit do exercício, no valor de **R\$ 130.700,00**, representa recursos do selo piava. A presente previsão de movimento de fundos para o exercício de 2012 contempla: - Projeto de Monitoramento de Cheias da Bacia do Itajaí, com Recursos do Governo do Estado. - Projetos para Monitoramento de Qualidade da Água e de Controle da Recuperação da Mata Ciliar, com Recursos do Fundo de Recuperação de Bens Lesados. - Custeio do Comitê da Bacia do Itajaí, com recursos do Governo do Estado – Fehidro. Plano de Negócios - Projetos de Recuperação de Áreas, com emissão do Selo "PIAVA". Maria Izabel solicitou que a Secretária Executiva prosseguisse. **4. Plano de trabalho para 2012.** A proposta é desenvolver, em 2012, as seguintes atividades: (1) Concluir o modelo de cobrança pelo uso da água, que não foi concluído no plano; (2) Realizar a Semana da Água; (3) Promover o sistema de monitoramento do Plano de Bacia; (4) Promover o estudo morfológico do rio entre Blumenau e Itajaí. Este é o ponto acordado na discussão sobre o projeto margem esquerda, em setembro; (5) Acompanhar os projetos em andamento pela Fundação Agência de Água, citados na proposta orçamentária para 2012; (6) Obter o contrato de gestão de Agência de Bacia entre a Fundação e a SDS. A proposta da agenda é **29 de março – AGE, 14 de junho – AGO, 20 de**

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

52 setembro - AGE, 22 de novembro – AGO. Fabiana aproveitou o momento e convidou o GTEA,  
53 por meio da Raquel, para participar da Semana da Água. **5. Ratificação da Resolução 44.** Pela  
54 exigência da Secretaria de Defesa Civil, de receber um parecer sobre o relatório final da JICA até  
55 a data de 14 de outubro, este parecer, de número 12, contido na Resolução 44 do Comitê do  
56 Itajaí, foi encaminhada pelo Presidente ad referendum da Assembleia e agora precisa ser  
57 ratificado. O texto do parecer nº 12 é: Medidas de prevenção e mitigação de desastres para a  
58 bacia do Itajaí (Projeto JICA) – Relatório final da Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan) e  
59 Câmara Técnica de Prevenção de Desastres Naturais (CT-Prevenção). Em função do longo  
60 histórico vamos diretamente ao Parecer. As Câmaras Técnicas são favoráveis à aprovação do  
61 Relatório Final do Projeto JICA, com as ressalvas e recomendações abaixo descritas e que  
62 objetivam maximizar a efetividade das medidas propostas. As recomendações e ressalvas  
63 incluem alguns dos estudos solicitados pela Resolução 41 que não foram ainda atendidos.  
64 Quanto às medidas prioritárias do Projeto JICA **Comportas e diques no canal do antigo Itajaí**  
65 **Mirim:** Considerar a proposta alternativa apresentada pela UNIVALI para avaliação de um guia  
66 corrente na foz do Rio Itajaí Mirim, que permita o escoamento do mesmo de forma paralela ao do  
67 Rio Itajaí-Açu. **Sistema de alerta de enchentes:** A medida incorpore a Sala de Situação, como  
68 instrumento institucional para articular as instituições em torno da operação integrada dos  
69 sistemas de prevenção e controle. Quanto ao gerenciamento do projeto e à governança da  
70 prevenção de desastres em geral: **Gerenciamento do Projeto e da Prevenção de Desastres:** A  
71 exemplo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Estado de Santa Catarina considere a  
72 possibilidade de contratar uma consultoria especializada para propor um arranjo institucional para  
73 o gerenciamento de desastres; **Medida definida pelo PPRD:** Que o Projeto incorpore, entre os  
74 serviços de consultoria, a elaboração de modelo matemático que permita avaliar o funcionamento  
75 sistêmico e a eficiência das medidas projetadas, considerando a dinâmica do uso do solo e da  
76 chuva (projeto 5.2b3 do PPRD); **Informação:** A população deve ser devidamente informada, por  
77 meio de uma ação de comunicação integrada, sobre os benefícios reais das medidas propostas,  
78 esclarecendo muito bem as condicionantes da sua efetividade; Quanto a outras ações do Estado:  
79 **Fortalecimento da Defesa Civil:** Que o Estado apóie o fortalecimento da defesa civil municipal,  
80 em todos os municípios da bacia hidrográfica do Itajaí, de acordo com o que propõe o PPRD;  
81 **Mapeamento das áreas de risco no nível local:** Que o Estado apóie o mapeamento das áreas  
82 de risco no nível local, em todos os municípios que não tem capacidade instalada para  
83 desenvolver este trabalho, como propõe o PPRD; **Revisão dos planos diretores urbanos:** Que  
84 o Estado assessore os municípios a adotarem as medidas necessárias para a incorporação da  
85 gestão de riscos nos planos diretores municipais, inclusive de medidas de conservação (não-  
86 habitação) das planícies de inundação, como propõe o Plano de Recursos Hídricos da Bacia  
87 (objetivo 13); Quanto a medidas de relevância que não serão implementadas na Fase I do projeto  
88 JICA: **Canal extravasor:** Que seja estudada a ideia do canal extravasor como infraestrutura de  
89 desenvolvimento regional, conforme proposta da UNIVALI; **Pequenas barragens:** Que a  
90 viabilidade econômica e técnica das pequenas barragens seja reestudada dentro do enfoque de  
91 projeto de desenvolvimento regional, conforme sugere a análise. Quanto aos custos:  
92 **Estimativas de custo:** O orçamento foi analisado, mas não é possível emitir nenhum parecer  
93 conclusivo sobre aspecto específico. Recomendamos que o Comitê do Itajaí solicite a análise  
94 aos órgãos competentes, para que investiguem a respeito da valoração dada a cada rubrica do  
95 orçamento detalhado e apresentado no projeto. Rui Batista Antunes, representante da SDS,  
96 sugeriu que seja alterada a palavra que o Estado *obrigue* os municípios, por *assessor* ou  
97 *colabore*. Fabiana justificou que este termo surgiu porque os próprios prefeitos cobram a  
98 obrigatoriedade. Ivanor Boing se manifestou dizendo que a palavra *obrigue* infringe a autonomia  
99 administrativa e a competência do município. *Estimular, sensibilizar* cabe melhor. Depois de  
100 diversas sugestões, a Presidente do Comitê, Maria Izabel Sandri, resolveu fazer a correção e  
101 reencaminhar o parecer. A resolução foi ratificada por 26 votos. A Professora Noemia fez uma  
102 solicitação de encaminhamento para que o Tribunal de Contas, que tem atribuição de atuar de

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

103 forma preventiva e consultiva na análise dos gastos públicos, fosse consultado para emitir um  
104 parecer específico sobre o percentual do projeto JICA destinado para as atividades de  
105 consultoria, que a princípio destoam dos percentuais aplicados usualmente no mercado. O  
106 projeto JICA destina um percentual de 20% para esta rubrica quando geralmente são destinados  
107 de 6 a 8%. Outro aspecto a ser ressaltado é a ausência de especificação das atividades e  
108 respectiva carga horária que compreende a consultoria a ser fornecida pela JICA.

109 **6. Monitoramento do Plano de Recursos Hídricos:** Ricardo Huebner, Presidente Câmara de  
110 Técnica de Planejamento, apresentou relatório preliminar da audiência realizada na manhã de  
111 hoje (01/11). Foram selecionados alguns temas e programas encaminhados aos municípios, e  
112 metas do plano de bacia para que os municípios fizessem levantamento de dados: (1) Tratamento  
113 de esgoto; (2) Recuperação da Mata Ciliar; (3) Educação Ambiental. A ação foi embasada no  
114 artigo 31 da Lei 9433/1997, da política nacional de recursos hídricos, que estabelece que os  
115 poderes executivos do distrito federal e dos municípios promoverão a integração das políticas  
116 locais de saneamento básico, e de uso e ocupação do solo. Neste sentido, foi estabelecido um  
117 índice de 0 à 1, e o resultado geral ficou assim: Brusque, Vitor Meireles e Pouso Redondo  
118 alcançaram a média 0,71; Doutor Pedrinho, Imbuia e Indaial 0,6; Aurora, Timbó e Vidal Ramos  
119 0,42 e Itajaí 0,28. Em termos de Educação Ambiental, foi avaliado se o município tem a política  
120 de educação ambiental e um grupo de trabalho de EA. Os resultados foram: Brusque e Indaial  
121 média 1,0; Aurora, Itajaí, Pouso Redondo e Vitor Meireles 0,5. Na Recuperação da Mata Ciliar foi  
122 avaliado se o município tem o programa instituído e qual o número de projetos: Aurora, Brusque,  
123 Doutor Pedrinho, Imbuia, Vitor Meireles e Pouso Redondo alcançaram 1,0; Itajaí, Timbó e Vidal  
124 Ramos 0,5. Em termos de tratamento de esgotos foi avaliado se a política municipal foi instituída,  
125 se o plano municipal de saneamento foi aprovado, e se a agência reguladora e fiscalizadora de  
126 saneamento básico foi definida: Imbuia, Vitor Meireles, Pouso Redondo, Doutor Pedrinho, Indaial  
127 e Timbó alcançaram 0,68 e Brusque 0,32. Ivanor Boing, vice-presidente do Comitê, se  
128 manifestou dizendo que de uns 10 anos pra cá os municípios têm acordado para a gestão  
129 ambiental. Essa é a grande conclusão. Todos tem que andar juntos, política com programas e a  
130 prática. O representante da Fundação do Meio Ambiente de Itajaí disse que Itajaí está pecando  
131 na formalização das ações, mas a melhoria do sistema da rede coletora de esgoto vai ser  
132 colocada em operação no início de 2012. Algumas ações estão sendo implementadas; só falta a  
133 formalização. Fabiana, secretária executiva do Comitê, diz que o sistema de monitoramento  
134 ainda está em fase embrionária, está se fazendo questionários para tentar levantar indicadores,  
135 como planejamento, saneamento, habitação e resíduos sólidos. O sistema deve ser melhor  
136 desenvolvido. Professora Noemia disse que não foram incluídas as ações que estão sendo feitas  
137 em Itajaí. **7. Projeto SC Rural – Envolvimento do Poder Público nos Comitês de Bacia:**  
138 Cesar Seibt, Técnico da Diretoria de Recursos Hídricos da SDS, parabenizou o Comitê pelo seus  
139 15 anos de existência e falou que o Comitê do Itajaí é um espelho para os outros Comitês de SC.  
140 O Governo do Estado assinou um termo de cooperação com o Banco Mundial para dar  
141 continuidade ao Plano SC Rural (Microbacias 3) para os próximos 6 anos. Já iniciou a  
142 programação das atividades do próximo ano. Uma das grandes inovações do Microbacias 3 é a  
143 forte inclusão da gestão de Recursos Hídricos. Agora, no Microbacias 3, vamos executar todas  
144 as ações, em torno de U\$30.000 em 6 anos. A primeira das ações é o fortalecimento dos  
145 Comitês de Bacia, com capacitação de todos. Hoje temos pouca participação dos municípios nos  
146 comitês, vamos fazer uma chamada mais forte dos municípios. Os municípios tem uma  
147 significância muito grande dentro do contexto da Bacia. O município que tem que correr atrás da  
148 solução de conflito, e muitas vezes se sente inoperante e não sabe como agir. Municípios tem  
149 que ter planejamento para lidar bem e aplicar a legislação de recursos hídricos e a legislação  
150 ambiental. Trabalhar juntos é o grande tripé, a gestão integrada, todos os setores tem que decidir  
151 e agir juntos. Por isso um Comitê é formado pelo poder público e pela sociedade, sendo que 40%  
152 são usuários de água, 40% poder público e 20% representantes da administração federal e  
153 estadual. Temos 16 comitês dentro do estado e o último que foi constituído foi o do Chapecó e



# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

154 Irani em 2010. Os municípios tem que ter conhecimento do plano de bacia, aprovar e  
155 acompanhar o plano de bacia, estabelecer o uso que querem fazer da água, estabelecer a  
156 quantidade e a qualidade da água necessária, o enquadramento dos corpos de água também  
157 faz parte do plano de bacia e o município precisa ter esse entendimento. Quanto a outorga de  
158 direito do uso da água, o município tem esse instrumento como uma barganha, estabelecendo  
159 critérios, a cobrança pelo uso da água como instrumento de gestão, tudo o que for arrecadado  
160 deve ser aplicado no próprio município. Hoje temos uma grande resistência ao cadastro, ele é  
161 associado à cobrança, mas a idéia é de planejamento dos recursos hídricos e não de cobrança  
162 no primeiro momento. São atribuições do Comitê, mas o município tem que estar presente, os  
163 prefeitos mudam a cada 4 anos e é importante estar repetindo. O município tem oportunidade de  
164 articular as políticas dentro daquele espaço da Bacia, mesmo sem ter a tutela sobre os recursos  
165 hídricos. Também é possível para o município captar recursos financeiros em instâncias  
166 superiores. Timbó Grande conseguiu captar recursos com base no Plano de Bacia para melhorar  
167 a rede de esgoto. Associações, consórcios, SDR'S e Municípios trabalham juntos. É preciso que  
168 o trabalho dos Comitês seja bem visível em todo o processo. Vamos trabalhar forte e contar com  
169 a experiência de todos vocês no estado. **8. Aprovação da criação da Câmara Técnica do**  
170 **Comitê do Itajaí:** Fabiana agradeceu ao Cesar e chamou a professora Beate para explanação  
171 da proposta de reformulação da Câmara Técnica. Beate, membro da Câmara Técnica de  
172 Planejamento, disse que desde janeiro as Câmaras Técnicas de Prevenção e de Planejamento  
173 estão trabalhando juntas, como se fosse uma única CT. Toda primeira segunda-feira do mês à  
174 tarde o grupo se reúne e trabalha junto. A renovação dos membros foi feita em junho e julho e  
175 limitou em 15 membros. Então a proposta agora é, mediante resolução, definir a existência de  
176 uma única câmara técnica. Foi necessário formular 3 minutas de resolução. A Minuta da  
177 Resolução 45 altera parâmetros únicos para Câmaras Técnicas, da seguinte forma: **Artigo 1º:**  
178 **Alterar a redação do caput do artigo 3º da Resolução 32 do Comitê do Itajaí que passa a vigorar**  
179 **da seguinte forma: Artigo 3º: As Câmaras Técnicas serão constituídas por no mínimo 7**  
180 **instituições e no máximo 15, devendo esta ter membros titulares ou suplentes do Vale do Itajaí,**  
181 **essa resolução entra em vigor à partir da data da sua publicação, então altera de 11 para 15**  
182 **membros fica com maior representatividade. Artigo 2º: Fica criada a Câmara Técnica do Comitê**  
183 **do Itajaí para assessorá-lo em questões de sua competência e ficam revogados as resoluções**  
184 **33, 34 e 37, todos as três tratam da última composição da CT Planejamento e da composição da**  
185 **CT Prevenção. Artigo 3º Minuta da Resolução 47: Estabelece a nova composição da Câmara**  
186 **Técnica resolve. A Câmara Técnica para gestão do Itajaí 2011/2013 é composta pelas seguintes**  
187 **organizações: 1.ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS, 2. ACAPRENA,**  
188 **3.AMAVI, 4.AMMVI, 5. ACIB, 6. CEESAN, 7.CASAN, 8.CRAVIL, 9.DEFESA CIVIL DE ITAJAI,**  
189 **10.EPAGRI ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ITAJAI, 11. IFC, 12. ASDS DIRETORIA DE**  
190 **RECURSOS HÍDRICOS, 13.SENAI, 14.UCAVI E 15.FURB. Artigo 2º : Essa resolução entra em**  
191 **vigor na data da sua publicação. Essas são as entidades que indicaram pessoas e disseram que**  
192 **querem participar da Câmara Técnica. Único problema foi com a Furb, porque ela tinha assento**  
193 **nas duas Câmaras Técnicas, todas as outras entidades estavam em uma ou em outra, e nós não**  
194 **queríamos dispensar nenhum dos representantes porque eram de áreas de conhecimentos**  
195 **diferentes, então resolvemos manter a Furb com um assento mas participando com mais**  
196 **pessoas, já que não tem votação na Câmara Técnica. Essa foi a proposta. Sr. Rui que diz que,**  
197 **levando em consideração que está se extinguindo duas Câmaras Técnicas, que é a Câmara**  
198 **Técnica de Cheias e a de Planejamento, assim talvez ao invés de criar a Câmara Técnica do**  
199 **Comitê do Itajaí, talvez se crie a Câmara de Assessoramento Técnico do Comitê do Itajaí, ou**  
200 **seja, propõe dar algum nome à Câmara Técnica para não ficar muito vago. Outra coisa que foi**  
201 **falado é que deveria ser feita uma revisão no artigo 2º, porque quando se está revogando a**  
202 **resolução 33 e 34, se está revogando as resoluções que deram composição às Câmaras. Não se**  
203 **está revogando as resoluções que criaram as CTs que são as 27 e 19. Rui acha que teriam que**  
204 **ser revogadas as que criaram as Câmaras Técnicas que são a 27 e a 19, porque as que foram**

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

205 revogadas foi que geraram a nominata para a composição das mesmas. Beate colocou que essa  
206 é uma dúvida bem crucial. Se for revogada a resolução que criou a Câmara Técnica a 7 anos  
207 atrás, não seria apagado tudo o que esta Câmara fez de lá para cá? Ela era permanente, então  
208 o que na verdade estaríamos extinguindo por exemplo é a Câmara Técnica de Planejamento que  
209 teve um mandato na sua composição que terminou agora em 2011. Ela encerrou aquela gestão,  
210 agora a nova gestão inicia nessa nova Câmara Técnica. A questão é: se for revogada a  
211 Resolução que criou a Câmara de Planejamento, o que acontece com tudo o que ela fez? Então  
212 na verdade não é revogar e sim extinguir as Câmaras Técnicas. Então seria necessário incluir  
213 um artigo que extingue as Câmaras Técnicas criadas por aquelas resoluções. Porque se for  
214 revogada a resolução, ela deixa de existir e da mesma forma tudo o que aquela Câmara Técnica  
215 fez. Rui explica que não. Se está revogando uma resolução que criou uma Câmara Técnica, não  
216 é que ela vai deixar de existir, a memória dela fica, mas ela vai deixar de existir como Câmara  
217 Técnica. Beate continua: Mas então a resolução não é revogada e sim a Câmara Técnica é  
218 extinguida. Ao que Rui respondeu: Sim, se o objetivo é criar uma só para atender as demandas.  
219 Finalizando a discussão, Beate resume: Então é necessário examinar como fazer. Quanto à  
220 sugestão de nome, na verdade esta proposta foi inspirada no Comitê do Paraíba do Sul, onde foi  
221 feita a mesma coisa. Juntaram as Câmaras Técnicas para ter uma Câmara Técnica mais forte,  
222 que passou a ser Câmara Técnica ou seja tudo que precisa de assessoramento vai para esta  
223 Câmara, porque está entre seus objetivos assessorar o Comitê. Fabiana colocou o assunto em  
224 votação. Aprovadas as resoluções. **9. Assuntos Gerais: (a)** A Resolução 01 do Conselho  
225 Estadual de Recursos Hídricos de 2011, publicada no Diário Oficial no dia 18/10, referenda o  
226 Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Itajaí. Essa decisão foi tomada em 31/05  
227 deste ano. **(b)** Beate apresentou ao Comitê a professora Rose Adami, natural de Itajaí, que foi  
228 professora do curso de Geografia da UNESC, em Criciúma, por 15 anos. É geógrafa, doutora em  
229 Geografia, e foi selecionada pelo Projeto de Microbacias para assumir a consultoria interna do  
230 Comitê do Itajaí. Maria Izabel agradeceu à professora Beate e deu boas vindas a professora  
231 Rose Adami. **Palavra Livre:** Rui Antunes comunicou que a Resolução do regimento interno do  
232 Comitê do Itajaí foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que o encaminhou à  
233 consultoria jurídica e esta o encaminhou para publicação no Diário Oficial. Havia um parecer  
234 jurídico da Secretaria da Defesa Civil sobre o Comitê, embasado pelo advogado da secretaria,  
235 que encaminhou parecer da própria Conjur. Esse parecer foi favorável ao regimento e foi  
236 encaminhado para publicação. Daqui a uns 20 dias as alterações feitas no regimento interno  
237 devem estar publicadas no Diário Oficial. Professora Beate diz que a Resolução 43, que foi  
238 aprovada em 14 de abril, dizia no primeiro artigo: a eleição da diretoria do Comitê será realizada  
239 em 2011 até 60 dias após a aprovação da Resolução por parte do Conselho Estadual de  
240 Recursos Hídricos. Essa aprovação por parte do Conselho aconteceu em 31/05/2011, só que  
241 não foi publicada em Diário Oficial, portanto o que se previa neste artigo não aconteceu, aí entra  
242 o segundo artigo da Resolução. Se a Resolução 36 não for aprovada em tempo hábil o mandato  
243 da diretoria atual fica prorrogado até 2012, ou seja, a diretoria atual que vem desde 2009 fica até  
244 2012. Portanto, o que o Comitê fez hoje foi preencher as lacunas da diretoria que assumiu em  
245 2009, que para nós vai até 2012. Depois que o regimento estiver aprovado, verificamos de novo  
246 o que fazer. Cesar falou que na próxima assembleia se decide se o regimento será seguido ou  
247 não, isto é, se vai haver votação em 2012 ou só em 2013. Carlos Rockenbach afirmou que o  
248 Comitê esta bem encaminhado assim como está. Apesar de ser uma prorrogação do mandato  
249 praticamente houve uma eleição (recomposição) quase que total da diretoria, de forma que seria  
250 estratégico começar a trabalhar com a perspectiva de 2013. Odair parabenizou o Comitê pelos  
251 seus 15 anos e parabeniza os membros da diretoria. Cesar se manifestou dizendo que essa  
252 contratação da professora Rose é um ação do Microbacias 3 já dentro da ação de fortalecimento  
253 dos Comitês. Todos os Comitês catarinenses terão um assessor. A idéia é que esse consultor  
254 tenha contrato renovado pelo prazo de 3 anos. Após esse período constituído o órgão gestor do  
255 estado, que esses consultores se tornem permanentes, isto é, que o estado pague esses

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

256 consultores. Camila, a aluna que está acompanhando a professora Maria Amélia (IFC), achou  
257 muito interessante por parte do Comitê de ser levado ao Tribunal a questão dos recursos  
258 financeiros para o Projeto JICA. Porque, ao se tratar de uma questão de valores tão altos e de  
259 prestação de contas para a sociedade, acha que se o tribunal é uma ferramenta que pode ser  
260 utilizada, então melhor consultar para não se arrepender depois pelo mal uso dos recursos  
261 financeiros. **Sergio Soares, membro da vigilância sanitária de Blumenau**, parabenizou o  
262 Comitê, dizendo que todos tem uma preocupação muito grande com a água. Diz que todos os  
263 municípios tinham que estar presentes, trabalhando todos juntos para melhorar o nosso Itajaí-  
264 açú. A aluna Gabriela interpretou uma música do Roupas Nova em homenagem ao Comitê pelo  
265 seus 15 anos. Maria Izabel presidente do Comitê, parabenizou a aluna Gabriela e a professora  
266 Sônia, e convidou todos para participarem às 19:00hs da comemoração dos 15 anos do Comitê.  
267 Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi encerrada, da qual eu, Fabiana Rosa, lavrei essa  
268 ata, que vai assinada por mim e pela presidente.

Fabiana Rosa

M. S.